



# Anais da Assembleia

N.º 141 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE OUTUBRO DE 1991 ANO XVII

## Atos da Presidência

### RESOLUÇÃO N.º 042/91

Data: 24 de outubro de 1991

Súmula: Dá nova redação ao artigo da Resolução n.º 14/90, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do município de Bragantina, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1.º - O artigo 1.º da Resolução n.º 14/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Bragantina, desmembrando-o de Assis Chateaubriand, com as divisas seguintes:

I - AO NORTE - partindo do rio Descoberto, por uma linha seca, prolongamento da divisora das colônias Peruíbe e Pindorama, confrontando com os lotes 327, 399, 407, 346, até o rio Encantado, daí por linha divisora das colônias Peruíbe e Pindorama confrontando com os lotes 136-A, 114, 35, 34, 25, da gleba Primavera até o rio Alívio;

II - A LESTE - pelo rio Alívio da divisora das colônias Peruíbe e Pindorama, acima, até a divisa da colônia Pindorama e fazenda Britânia;

III - AO SUL - do rio Alívio, por linha divisora da colônia Pindorama e fazenda Britânia até o marco C;

IV - A OESTE - do marco C da linha seca no sentido norte-sul, até a divisa dos lotes 99 e 100 da gleba Cambará, por ela até o córrego da Cobra, esta abaixo até o rio Descoberto, este abaixo até o prolongamento da divisa das colônias Peruíbe e Pindorama.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.10.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

LEI N.º 9.785

Data: 25 de outubro de 1991.

Súmula: Revoga a Lei n.º 9.283, de 05 de junho de 1990 e cria o município de Farol, desmembrado de Campo Mourão.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7.º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica revogada a Lei n.º 9283, de 05 de junho de 1990, que criou "ad referendum" o município de Farol, desmembrado do município de Campo Mourão.

Art. 2.º - Fica criado o município de Farol, com território, desmembrado do município de Campo Mourão, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Tem como ponto inicial a foz do rio Riozinho, no rio Goioerê, sobe pelo Rio Goioerê até a foz do rio Farol; sobe por este até a divisa dos lotes 38 com os lotes 39 e 39-A; por esta divisa até a cabeceira do rio Granada, seguindo por esta pelas divisas dos lotes 29, 50 e 26 com o lote 51, até encontrar a nascente do arroio Izidoro; desce por este até sua foz do arroio Paraguai; desce por este até sua foz no rio Riozinho, desce pelo rio Riozinho até sua foz no rio Goioerê, ponto inicial.

PERÍMETRO URBANO - Começa no entroncamento da rua Rio Grande do Sul com a rua Ceará, segue pela rua Ceará até a rua Pernambuco, segue Goiás, por esta até a rua Sergipe, por esta a rua Rio Grande do Sul, por esta até o entroncamento com a rua Ceará, ponto inicial e final".

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.10.91.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 115.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados:

Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Edson Silva Lino, Élio Rusch, José Arthur Ritti, Nelson Justus, Nilton César, Orlando Pessuti e Renator Adur (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

# S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu pediria a Vossa Excelência um esclarecimento, a parte final da Ata se for possível o eminente Secretário proceder a leitura.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Ademar Traiano) - Ordem do Dia - Discussão única da Proposição 062/91 -

2ª discussão dos Projetos de Lei Complementar n° 077/91, e de Lei n°s 159, 163, 311, 375/91.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu indago de Vossa Excelência Sr. Presidente, se não faz parte da Ata, apesar de saber que é uma síntese, o Requerimento que o Presidente, Anibal Khury colocou como um pleito de 28 Srs. Deputados, que pedia a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto que autoriza o Plebiscito no Distrito de Carambei, porque Sua Excelência ao que eu pude perceber ontem ao final da Sessão colocou da seguinte

forma: Comunico a Casa o recebimento de um Requerimento subscrito por 28 Srs. Deputados que pede a reinclusão na pauta da Ordem do Dia do Projeto que autoriza o Plebiscito no Município do Distrito de Carambei, simplesmente disse deferido. Eu gostaria de saber se isso consta da Ata para que eu possa com base nesses argumentos discorrer aqui mais alguma coisa a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos verificando a Ata por completo para vemos esta observação.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Ademar Traiano) - (LÊ)

Rafael Greca de Macedo, requerimento subscrito por outros Srs. Deputados requer o desarquivamento do Projeto de Resolução n° 019/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Presidente deferiu o desarquivamento encaminhando para o Departamento Legislativo, para que possa na seqüência vir à Ordem do Dia, para que tenha a tramitação normal e possa retornar a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Eu gostaria Sr. Presidente, então se Vossa Excelência me permite, discutir a Ata, para dizer o seguinte: Data Vênia, com todo o respeito, que nós temos pela Mesa, sobretudo, na pessoa do Deputado Anibal Khury, entendemos como a forma que esse Requerimento foi acolhido pela Mesa, fere o Regimento, eu diria um pouco mais, fere a Constituição, porque quando se rejeita um Projeto ele só pode ser reapresentado na mesma Sessão Legislativa, se se tratar de um novo projeto e no caso não é novo Projeto. Portanto eu gostaria que ficasse registrado a posição do PMDB, a posição da Bancada, que nesse momento estão liderando, contrária a forma como foi acolhida o Requerimento na Sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado que ontem já decidiu essa Questão de Ordem. Projetos que foram arquivados, tendo requerimento com 28 assinaturas voltam a ter tramitação normal.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sem querer polenizar com a Mesa, para dizer a Vossa Excelência que ontem Vossa Excelência não decidiu questão de Ordem nenhuma a respeito. Vossa Excelência ao final da Sessão, valendo-se da condição das atribuições de Presidente, apenas deferiu o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então está deferido.

## Mensagens:

MENSAGEM N° 108/91

Curitiba, 24 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com o desenvolvimento de projetos de pesquisa, realização de eventos, cursos de extensão e especialização na Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e transferência de recursos ao município de Paranavaí para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta lei, destinado a atender despesas com desenvolvimento de projetos de pesquisa, realização de eventos, cursos de extensão e especialização em várias universidades e faculdades estaduais e a transferência de recursos ao município de Paranavaí, visando a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio órgão conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam suplementados os orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM e Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, aprovados pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL.01		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0907	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
2083	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3223,01	00	R	101.368	0551
0908	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ENTIDADES VINCULADAS					
2107	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEL	3211.03	00	R	5.000	0551
2108	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEPG	4311.02	00	R	6.000	0551
2109	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEM	3211.03	00	R	2.720	0551
		3211.03	00	R	2.550	0551
		4311.02	00	R	8.100	0551
2111	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FAFI DE CORNELIO PROCÓPIO	3211.03	00	R	800	0551
2112	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FAFI DE JACAREZINHO	3211.03	00	R	2.200	0551
2113	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FAFI DE PARANAGUÁ	3211.03	00	R	2.038	0551
2115	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA	3211.03	00	R	2.267	0551
2118	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FACILCAM	3211.03	00	R	3.404	0551
TOTAL					136.447	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L D	FT R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0907	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
2083	ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3231,00	00	R	545	0551
2084	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	3132.00	00	R	21.332	0551
		4130.00	00	R	13.202	0551
2154	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO INDUSTRIAL	3223.02	00	R	23.040	0551
		3232.00	00	R	27.648	0551
		4323.00	00	R	50.680	0551
TOTAL					136.447	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL.02		
				Cr\$ 1.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R VALOR	N. DO PROC. COP	
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO ENTIDADES VINCULADAS					
1021	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA					
1019	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LON- DRINA	4120,00	00	R	6.000	0551
2089	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA	3120,00	00	R	500	0551
		3132,00	00	R	4.500	0551
1022	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	3120,00	00	R	1.382	0551
		3132,00	00	R	1.338	0551
1023	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ					
1021	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	4120,00	00	R	8.100	0551
2091	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MARINGÁ	3120,00	00	R	1.370	0551
		3132,00	00	R	1.180	0551
1025	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CORNÉLIO PROCÓPIO					
2093	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM CORNÉLIO PROCÓPIO	3132,00	00	R	800	0551
1026	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS, E LETRAS DE JACAREZINHO					
2094	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO DE FILO- SOFIA; CIÊNCIAS E LETRAS EM JACAREZINHO	3132,00	00	R	2.200	0551
1027	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS, E LETRAS DE PARANAGUÁ					
2095	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM PARANAGUÁ	3132,00	00	R	2.038	0551
1029	FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA					
2097	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	3120,00	00	R	1.727	0551
		3132,00	00	R	540	0551
1032	FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS, E LETRAS DE CAMPO MOURÃO - FACILCAM					
2100	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM CAMPO MOURÃO	3120,00	00	R	704	0551
		3132,00	00	R	2.700	0551
TOTAL					35.079	

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 24.10.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de São João do Triunfo, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por um lote de terreno urbano com 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) com benfeitorias, medindo 30 metros de frente para a Rua Tenente Coronel Carlos de Souza, n° 290, por 30 metros de fundos, situado na sede do referido município, objeto de Registro às fls. 46, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa consulta aos superiores interesses públicos, eis que a Administração municipal de São João do Triunfo, conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito, irá utilizar o imóvel em referência na implantação do Centro Municipal de Saúde e na instalação de serviços em benefício da população.

O Projeto de Lei em causa contém dispositivos no sentido de que tal cessão vigorará até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e que tornar-se-á automaticamente sem efeito caso o referido imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas ou transferido a terceiros.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de São João do Triunfo, o imóvel de propriedade do Estado, constituído por um lote de terreno urbano com 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) com benfeitorias, medindo 30 metros de frente para a Rua Tenente Coronel Carlos de Souza, n° 290, por 30 metros de fundos, situado na sede do referido Município, objeto do Registro sob n° 264, às fls. 46, do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João do Triunfo.

Art. 2° - O imóvel de que trata o artigo anterior será exclusivamente destinado à implantação do Centro Municipal de

Saúde e na instalação de serviços em benefício da população, não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de automático cancelamento de cessão, ficando o cessionário responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido.

Parágrafo Único - A cessão de que trata esta lei vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogado por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

#### OFÍCIO

Sob o n° DTL/SAT/332/91, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo o Poder Legislativo o Projeto de Lei n° 344/91. Ao Conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 2867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO.

##### REQUERIMENTO N° 2869-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar n° 077/91, pelo prazo de 05 sessões.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

##### REQUERIMENTO N° 2871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão, pelo prazo de 10 Sessões, do Projeto de Lei n° 163/91, de sua autoria, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2ª Discussão.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) CARLOS SIMÕES.

## REQUERIMENTO N° 2875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão e Votação da Proposição n° 062/91, constante da Ordem do Dia da sessão de hoje, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO N° 2868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a formação de Comissão Externa de acordo com o artigo 40 do Regimento Interno, composta de 5 (cinco) parlamentares e assessorias da Assembléia Legislativa, que se fizerem necessárias, designadas pelo Senhor Presidente.

Tal comissão deverá elaborar estudo sócio ambiental e econômico do índio no Estado do Paraná, e, deverá concluir seus trabalhos em abril de 1992, mais especificamente na Semana do Índio.

REQUER também que o trabalho da Comissão seja no sentido de elaborar um relatório escrito, fotográfico e de audio-visual.

As despesas advindas dos trabalhos de deslocamento desta Comissão e alocação de material fotográfico e de vídeo serão custeados por esta Casa de Leis.

Requer ainda, que todo material colhido pela Comissão deverá ser exposto à sociedade civil, como contribuição da Assembléia Legislativa aos 500 anos da América Latina, através de um seminário a ser realizado na Semana do Índio em 1992.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Algaci Túlio e Ovídio Constantino.

## JUSTIFICATIVA:

Não há dúvida que 1992, é uma data histórica: 500 anos atrás a América foi descoberta pela suposta civilização europeia (ocidental e cristã).

Porém esta terra tinha dono. Nações autóctonas viviam aqui de acordo a outros padrões, outros deuses, outros costumes, enfim outras culturas.

Mundos diferentes linguagens diferentes; argumentos suficientes para tipificar o delito pelo qual foram expulsos de suas terras, forçados a trabalhar para os novos conquistadores, massacrados, violados em sua origem e em sua história.

A América se civilizou à custa do sangue e da aniquilação dos verdadeiros nativos americanos. Hoje ainda existem sobre-

viventes (dessa injusta guerra), aqui no Paraná, descendentes das nações Kaingang e Guaranis, que meio a toda sorte de negação de direitos políticos e sociais e além de vítimas da imposição de um modelo de desenvolvimento econômico absurdo, ficam igualmente expostos a violenta pressão sobre suas terras; a doença e ao desrespeito e violação de suas características sociais e culturais, embora sejam protegidas por legislação especial (evidentemente não aplicadas).

Nestas circunstâncias não é demais dizer que a América não comemora os 500 anos. Porém, a crítica e discurso condenatório de nada serve para ressarcir os danos inflingidos às nações indígenas.

Repudiar o passado sem dar-se conta da história viva, é o grande erro de nossa incultura política.

Portanto, é um dever e uma obrigação retribuir aos povos indígenas seus verdadeiros "status" de portadores de direitos humanos essenciais e especiais. Devemos reconhecer sua cultura diferenciada e sua identidade. Aceitá-los de uma vez por todas como parte integrante de nosso universo. E talvez assim possamos admitir que nesse reconhecimento se abra um caminho para nossa própria identidade americana.

Diante do exposto, consideramos da máxima importância que uma Comissão de Parlamentares possa investigar a crítica situação dos índios que vivem no Estado do Paraná.

É fundamental traçar um quadro da situação sócio-ambiental das áreas indígenas localizadas no Estado, como objetivo geral e, como objetivo específico, produzir conhecimento multidisciplinar atualizado, com fundamentação antropológica e ambiental, configure como subsídio à intervenções futuras, seja de iniciativa dos índios por meio de suas entidades próprias, seja de iniciativa de entidades indegenistas e /ou ambientalistas de apoio, através de programas e projetos destinados à recuperação de áreas degradadas, ao controle ambiental, ao aproveitamento racional da flora e fauna, à educação ambiental e demais medidas visando a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas e regional com interações nas áreas indígenas.

## REQUERIMENTO N° 2864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, inserção em Ata de votos de pesar pelo falecimento do Senhor Ezelindo Ceccato, bem como o envio de Expediente a família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

( ) ADEMAR TRAIANO



JUSTIFICATIVA:

Para que em nome deste Poder Legislativo e, em meu próprio nome, fiquem expressas profundas condolências pelo falecimento de pessoa que por sua conduta de vida sempre merecerá de todos nós profundo respeito e admiração.

REQUERIMENTO N° 2865

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o Registro nos Anais da Casa, de Voto de Pesar pelo falecimento, em Francisco Beltrão, do respeitado pioneiro Sr. LEONARDO NAVARINI, Requerendo-se, mais, que do Ato seja oficiada a Família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.10.91

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

LEONARDO NAVARINI chegou a Francisco Beltrão no ano de 1954, instalando-se, imediatamente, na Linha São Paulo, ali desenvolvendo seu trabalho de agricultor durante 26 anos.

Nascido em 1916, no Estado do R.G. do Sul, casado com Dona Olivia Maria Nazarin; dessa união viu nascer onze (11) filhos que lhe deram 28 netos e 4 bisnetos. Como agricultor não esquece, jamais, sua devoção ao trabalho e à religião, tendo exercido o cargo de zelador do Apostolado da Oração; ajudou a fundar e manter o Grupo de Idosos da comunidade; foi um dos fundadores e dos primeiros associados da Cooperativa Francisco Beltrão Ltda; e pelos dotes naturais de comunicação, solicitando repetidamente como leiloeiro das mais diversas promoções.

Por volta de 1980, mudou a sua residência para o bairro da Vila Nova, no centro urbano de Francisco Beltrão.

Pautando sua notável existência pelo imenso respeito às sólidas amizades que soube conquistar, seu falecimento abriu uma lacuna, um verdadeiro nicho que só poderá ser tomado por sua saudosa lembrança; lembrança que deixou pela extraordinária participação que sempre dedicou à família, à comunidade onde exerceu seu trabalho e ao Município que o acolheu como verdadeiro filho e que o fez merecedor da homenagem ora proposta e para a qual esperamos dos Nobres Pares, a aprovação unânime.

REQUERIMENTO N° 2870

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná Votos de Congratuações pela comemoração, no dia 25 de outubro próximo passado, do cen-

tenário da EMÍLIO ROMANI S/A.

Sala das Sessões, em 29.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Açúcar, café, arroz e sal - com estes produtos da mais básica cesta alimentícia do brasileiro - a Emílio Romani S/A de Curitiba completou, no dia 25 último, cem anos de atuação ininterrupta.

A saga da brava e trabalhadora família Romani começou em 1891, quando Emílio - o patriarca - desembarcou em Paranaguá.

As empresas do grupo Romani geram riquezas para o Paraná, criam empregos e contribuem de forma inigualável para o nosso desenvolvimento econômico.

Congratular-se com a Emílio Romani S/A, nesta data, pelo seu centenário, é associar-se aos propósitos de dar continuidade às atividades desenvolvidas ao longo de um século no Paraná, inclusive, com investimentos objetivando a ampliação do mercado (que no Paraná já lidera há muitos anos).

REQUERIMENTO N° 2862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, OSMAR DIAS, solicitando a efetivação de convênio entre aquela Secretaria e o Município de Rio Azul, para a construção de um Abatedouro Municipal.

Concluída tal obra, irá proporcionar significativo avanço na área agropecuária, pois em se tratando de abate, os produtores têm que se deslocar aos grandes centros para tais atividades, com os consequentes aumentos nos custos finais dos produtos quando da comercialização ao consumidor.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, informações se houve alguma irregularidade por parte das empresas, na fiscalização da Receita Estadual, em estabelecimentos comerciais de Jacarezinho - PR, no período de 02.09.91 até a presente data.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO N° 2866

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, no sentido de que seja determinado a construção de dois módulos policiais, em Iporã.

Do aprovado requer ainda, a comunicação aos Senhores Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e aos Vereadores Aristides Antônio de Campos e Moisés Mendes, de Iporã.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando as dificuldades encontradas pela Polícia Militar nos serviços de policiamento preventivo na Cidade de Iporã, em razão da extensão de seu centro urbano e da distância em que se localiza sua sede, sugerimos a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a construção de dois módulos policiais na Avenida Presidente Castelo Branco, esquinas com a rua Ary Barroso e Avenida 31 de Março, dotadas de condições necessárias à sua plena e racional utilização, pelo que protegida e segura estaria a população iporãense.

#### REQUERIMENTO N° 2869

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, acompanhando correspondência da Associação das Empresas da Cidade de Curitiba - AECIC, ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, solicitando as providências necessárias - em caráter URGENTE - para a recuperação da BR-116, principalmente no trecho localizado no perímetro urbano da Cidade Industrial de Curitiba, Contorno Sul, até a ligação com a Cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 2874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, SOLICITA envio de expediente aos Senhores Alceni Guerra, Ministro da Saúde e Ricardo Akel, Presidente do INAMPS e Secretário Nacional de Assistência à Saúde, solicitando providências urgentes, mediante as dificuldades que enfrenta o Hospital Evangélico e Santa Casa, da Cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 2876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a inclusão no plano de ampliação do Sistema Rodoviário Estadual do calçamento da estrada que liga a comunidade Santa Lúcia até Cristo Rei na PR-181, no município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, na região Sudoeste do Estado, vem se destacando na produção de milho, suínos e aves, sendo visível a importância da conclusão desta estrada para o escoamento destes produtos, reduzindo as perdas na produção.

Outro fator a ser considerado, é a maior facilidade que os moradores terão na sua locomoção para outras comunidades, e maior segurança e rapidez no transporte dos estudantes.

#### REQUERIMENTO N° 2877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando o calçamento com pedras irregulares nas estradas municipais que ligam a sede do Município de Dois Vizinhos à PR-281, na localidade de Boa Vista do Chopim, passando por São Pedro dos Poloneses, Nossa Senhora do Amparo e Linha Marília; e também calçar a estrada que liga a sede até a comunidade de Flor da Serra.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos, na região Sudoeste do Estado, vem se destacando na produção de milho, suínos e aves, sendo visível a importância da conclusão desta estrada para o escoamento destes produtos.

Os estudantes também serão beneficiados, pois o calçamento nestas estradas trará maior segurança no seu transporte, cujos ônibus chegam a fazer 21 mil km/mês.

#### REQUERIMENTO N° 2872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado a Secretaria de Estado da Comunicação Social, pedido de informações no sentido de que sejam respondidos os seguintes quesitos:

1. Qual a agência de publicidade e propaganda que foi contratada para a campanha

- nha do "Encontro Nacional das Esposas de Governador"?
2. Qual o montante da conta publicitária do "Encontro Nacional das Esposas de Governador", realizado recentemente em Curitiba?
  3. Esta conta já foi devidamente quitada e, se não foi, quais os motivos de sua não quitação?

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2865-A

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritos nos Anais do Poder Legislativo, os artigos "O BRASIL QUE O BRASIL ESQUECEU", "PORQUE ACHREDITAMOS NO BRASIL" e "BRASILEIRO, COM ORGULHO", publicados pelo Jornal "Indústria e Comércio" nos dias 09, 10 e 11 de outubro, respectivamente.

Requer sejam também, formulados votos de congratulações àquele periódico pelo desencadeamento da campanha pelo resgate da nacionalidade brasileira.

Que do presente seja dada ciência ao Diretor Presidente do "Indústria e Comércio", Doutor Odone Fortes Martins e ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o seu futuro espelha essa grandeza  
..."

(Joaquim O. Duque Estrada,  
Hino Nacional Brasileiro).

O Brasil é uma jovem Nação de quinhentos anos, com um território de dimensões continentais, com aproximadamente cento e cinquenta milhões de habitantes formando o mosaico étnico mais diverso do mundo.

O Brasil tem tradição pacífica e trabalhadora, vocação para a liberdade e profunda religiosidade. É um País que se redescobre todo o dia e cada dia é um testemunho de mais trabalho e uma promessa de desenvolvimento.

Mas se o trabalho aumenta, o desenvolvimento não aparece. Não aparece nas condições de vida do povo sofrido, de salário míngua, de altas taxas de mortalidade infantil, desemprego e violência assustadora.

O Brasil rumo para o terceiro milênio caracterizando-se por uma população essencialmente jovem.

O Brasil rumo para o terceiro milênio caracterizando-se por problemas essencialmente velhos, como a fome, a doença e a

corrupção de todas as formas.

"Um dos mais emblemáticos fenômenos destes tempos de crise, são os exercícios de autocomiseração e de descrença a que se entregam parcelas ponderáveis de uma sociedade ferida de desesperança. O pessimismo e o negativismo são as moedas de mais livre curso no Brasil de hoje, em que a estagnação econômica e o agravamento das desigualdades sociais levam vastos segmentos da coletividade até mesmo a negar as imensas potencialidades deste País", diz o I & C, em "O BRASIL QUE O BRASIL ESQUECEU", para adiante, pela nacionalidade, concluir "O que nos falta, em verdade, é um grande projeto nacional, que nos libere da via do retrocesso e nos desimpece os caminhos rumo à retomada do desenvolvimento."

O Brasil perde muito dinheiro pagando juros de uma dívida impagável; o Brasil perde muito tempo discutindo temas que não os seus problemas verdadeiros; o Brasil perde muito tempo fazendo leis, quando bastaria uma, que proclamasse o amor de cada homem à sua Pátria, que esse homem não fugisse à luta nem temesse, porque te adora, a própria morte; o Brasil perde muito tempo escolhendo homens para ocupar cargos, quando bastaria, para não errar, que os brasileiros votassem nos trabalhadores, nos nacionalistas e nos inconformados.

O Brasil só não pode perder a esperança.

O Brasil não perde o norte do futuro se se mantiver no caminho da esperança e da liberdade. Há que evitar os tiranos e os oportunistas, que nos querem envaidecer com o discurso popular para transformar o País em feudos a serem distribuídos e administrados oligárquica e plutocraticamente.

"Estamos enfrentando dias de dificuldades, tivemos que adotar planos econômicos para arrumar a casa sem, contudo, conseguir debelar a corrosão inflacionária. São óbices que enfrentamos com tenacidade, coragem e até sacrifício. O fracasso de um plano econômico não significa, exatamente, o fracasso da Nação." (I & C, 10 de outubro de 1991).

Acostumamo-nos com maus governos, mas não podemos desacreditar dos homens. Dos homens bons e inconformados com essas crianças que estão sendo exterminadas, com as mães que não têm acesso ao planejamento familiar e com os homens que não podem proporcionar às suas famílias o pão, a carne, o leite, as frutas, o leite, o teto, a terra, a letra e a esperança.

Tenho certeza de que corrupção e administração pública não são indissociáveis e que é possível confiar funções elevadas a homens de bem.

O Brasil é uma jovem Nação de quinhentos anos e busca sua trilha de prosperidade, justiça social e igualdade.

Para ser justo, o Brasil precisa de todos. É preciso inverter a pirâmide social e fazer com que a maioria tenha a maior parte da renda e vice-versa.

É preciso deixar de criar pseudo-heróis e pseudo-salvadores. A nossa elevação a um nível de desenvolvimento que garanta a felicidade dos homens é processo e conquista. Processo, porque não vem pronta e acabada, é preciso construí-la dia após dia; e conquista porque ninguém nos dará de graça, é preciso lutar por ela.

"O Brasil é o País do futuro"! Só será de verdade, do futuro, quando o futuro não estiver mais morrendo nas favelas, nos trapiches, nas palafitas ou com um tiro exterminador.

Chegou a hora de se encher de novo de esperança, de somar braços e bater no peito com força, para dizer **SOU BRASILEIRO, COM ORGULHO.**

Para isso, é preciso contar com todo mundo que partilha dessas preocupações e deste sonho de Brasil melhor e justiça maior.

Para isso é preciso somar braços com os corajosos, os firmes e bem-intencionados: com os verdadeiros brasileiros.

Para isso é preciso solidarizar-se com o "Indústria e Comércio" que, em boa hora, lançou no Paraná a campanha pela nacionalidade brasileira. Esta campanha merece o cumprimento sincero do Poder Legislativo e os artigos publicados pelo I & C merecem constar nos Anais, na nossa história.

"Brava gente brasileira,  
longe vá temor servil  
ou ficar a Pátria livre  
ou morrer pelo Brasil."

(Evaristo da Veiga,  
Hino à Independência).

#### REQUERIMENTO N° 2873

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, o Manifesto à População do ex-Governador ÁLVARO DIAS.

Sala das Sessões, em 29.10.91.

(a) NILTON BARBOSA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Nó Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Hoje nós queremos fazer uso da palavra para justificar um requerimento, o qual estamos dando entrada na Mesa Executiva para ser votado na plenária.

No primeiro semestre deste ano, apresentei requerimento semelhante, pedindo a criação de uma comissão para verificação da situação dos índios no nosso Estado, mais precisamente em abril, na semana do índio.

Tal requerimento foi rejeitado pela maioria dos senhores parlamentares.

Hoje, reapresento um requerimento semelhante, propondo a criação de uma comissão composta por cinco parlamentares e procurando contar com a assessoria da Assembleia Legislativa, as que se fizerem necessárias; elaborar uma comissão, elaborar um estudo sócio ambiental e econômico do índio no Estado do Paraná.

Propomos, neste requerimento, que a data de conclusão dos trabalhos seja em abril de 1992, mais especificamente na semana do índio, quando poderemos, em nome desta Assembleia Legislativa, expor à sociedade civil as conclusões desta comissão.

Nós através desta comissão, queremos elaborar uma documentação sobre a real situação sócio econômica e ambiental de todos os índios do Estado do Paraná. Visa, também, expor este material através de um seminário em comemoração aos 500 anos do descobrimento da América.

Nós sabemos que tal comissão, já com este objetivo definido, terá muito trabalho pela frente. Mas, gostaríamos de ver este trabalho concluído. Também propomos que esta comissão faça todo um documentário de áudio-visual e fotográfico, para que possamos mostrar à sociedade paranaense a real situação indígena.

Consideramos que esta comissão tem uma importância máxima para investigar a crítica situação dos índios que vivem no Estado do Paraná. Esta crítica situação tem-se tornado pública através da imprensa do nosso Estado, quando toda semana é veiculada a notícia a respeito das questões indígenas e das reservas indígenas.

E, achamos também que é oportuna a apresentação dela, justamente quando muito se fala em índio e justamente hoje o governo federal adia "sine die" a demarcação das terras dos índios ianomamis.

Achamos de extrema importância que este parlamento aprove esta comissão e que o mais rápido possível ela seja constituída, para que possamos concluir os trabalhos e que estes trabalhos sirvam de subsídios políticos para luta de libertação, emancipação e autonomia das tribos e dos índios paranaenses.

É neste sentido que entrarei com tal requerimento e que desta tribuna pedimos o

apoio dos senhores parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Ernani Pudell...

O SR. ERNANI PUDELL - SR. PRESIDENTE, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Amanhã, dia 30 de outubro, se realizará no Estado do Paraná as eleições para a escolha da nova diretoria do sindicato dos jornalistas do Estado do Paraná.

Nós não poderíamos, em nome da bancada do partido dos trabalhadores, deixar de saudar este evento, principalmente a nossa saudação e o nosso apoio à chapa única que concorre às eleições sindicais. Nosso reconhecimento pelo trabalho incansável da oposição sindical que na data de amanhã concorrerá sem qualquer outra chapa, até porque, segundo informações que tivemos, a situação praticamente se retirou do processo eleitoral, permitindo então que outro grupo de jornalistas participasse das eleições e tomasse a frente os rumos desta entidade.

Principalmente gostaríamos de apoiar a luta que a nova diretoria do sindicato dos jornalistas terá pela frente. Uma luta que vai no resgate das condições de dignidade da sua categoria profissional, no respeito às convenções coletivas de trabalho, do respeito à legislação trabalhista e principalmente à luta pela ampliação do direito desses trabalhadores.

E também lembrar aqui o papel importante e fundamental que os jornalistas desempenharam ao longo da história deste país. Sempre que houve uma luta pela ampliação dos direitos sociais, pela nossa soberania, sempre estiveram à frente, à testa desses movimentos jornalistas corajosos. Aqueles que, ao longo de tantos anos de escuridão e ditadura souberam resistir e souberam defender as suas posições, as suas opiniões e souberam, com grandeza, coragem, lucidez divulgar a opinião pública a verdade dos fatos!

Sabemos que não é fácil a tarefa que desempenham os jornalistas. Que muitas vezes são compelidos a fazer a própria autocensura. Quantos outros jornalistas não viram mofar nas gavetas das redações as suas matérias, que saíram do fundo do coração, o compromisso ético e cívico de divulgar a verdade, mas que os grandes proprietários dos meios de comunicação de massa deste país, lamentavelmente ainda continuam a impedir a livre circulação de idéias e informações.

É fundamental que esta categoria desenvolva a sua independência e o seu senso crítico, porque todos nós temos a consciência do que representa hoje o quarto poder, neste país. O quarto poder, que

é o poder da mídia dos grandes meios de comunicação, que não raras vezes tem procurado ocultar movimentos importantes, sempre que estes se colocam contra o poder econômico e o poder instituído neste país!

É por isso que nós, pelo reconhecimento à luta desses profissionais que apesar de todas estas dificuldades souberam segurar, com coragem, com firmeza, com lucidez e com patriotismo a bandeira do jornalismo livre, o verdadeiro jornalismo crítico, é que nós hoje prestamos a nossa solidariedade. E esperamos amanhã que esta categoria vá em massa às urnas e consagre a nova diretoria e nós esperamos desta nova diretoria um trabalho de imprensa no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil é uma jovem nação de quinhentos anos, com um território de dimensões continentais, com aproximadamente cento e cinquenta milhões de habitantes formando o mosaico étnico mais diverso do mundo.

O Brasil tem tradição pacífica e trabalhadora, vocação para a liberdade e profunda religiosidade. É um país que se redescobre todo o dia e cada dia é um testemunho de mais trabalho e uma promessa de desenvolvimento.

Mas se o trabalho aumenta, o desenvolvimento não aparece. Não aparece nas condições de vida do povo sofrido, de salário mingüado, de altas taxas de mortalidade infantil, desemprego e violência assustadora.

O Brasil rumo para o terceiro milênio caracterizando-se por uma população essencialmente jovem.

O Brasil rumo para o terceiro milênio caracterizando-se por problemas essencialmente velhos, como a fome, a doença e a corrupção em todas as suas formas.

"Um dos mais problemáticos fenômenos destes tempos de crise são os exercícios de autocomiseração e de descrença a que se entregam parcelas ponderáveis de uma sociedade ferida de desesperança. O pessimismo e o negativismo são as moedas de mais livre curso no Brasil de hoje, em que a estagnação econômica e o agravamento das desigualdades sociais levam vastos segmentos da coletividade até mesmo a negar as imensas potencialidades deste país", diz o jornal Indústria & Comércio, em "O Brasil que o Brasil Esqueceu", para adiante, pela nacionalidade, concluir "O que nos falta, em verdade, é um grande projeto nacional,

que nos libere da via do retrocesso e nos desimpeça os caminhos rumo à retomada do desenvolvimento".

O Brasil perde muito dinheiro pagando juros de uma dívida impagável; o Brasil perde muito tempo discutindo temas que não são seus problemas verdadeiros; o Brasil perde muito tempo fazendo leis, quando bastaria uma, que proclamasse o amor de cada homem à sua pátria, que esse homem não fugisse à luta nem temesse, porque te adora, a própria morte, o Brasil perde muito tempo escolhendo homens para ocupar cargos, quando bastaria, para não errar, que os brasileiros votassem nos trabalhadores, nos nacionalistas e nos inconformados.

O Brasil só não pode perder a esperança.

O Brasil não perde o norte do futuro se, se mantiver no caminho da esperança e da liberdade. Há que evitar os tiranos e os oportunistas, que nos querem evadecer com o discurso popular para transformar o país em feudos a serem distribuídos e administrados oligárquica e plutocraticamente.

"Estamos enfrentando dias de dificuldades, tivemos que adotar planos econômicos para arrumar a casa sem, contudo, conseguir debelar a corrosão inflacionária.

São óbices que enfrentamos com tenacidade, coragem e até sacrifício.

O fracasso de um plano econômico não significa exatamente o fracasso da nação". (Indústria & Comércio, 10 de outubro de 1991).

Acostumamo-nos com maus governos, mas não podemos desacreditar dos homens.

Dos homens bons e inconformados com essas crianças que estão sendo exterminadas, com as mães que não têm acesso ao planejamento familiar e com os homens que não podem proporcionar às suas famílias o pão, a carne, o leite, as frutas, o leite, o teto, a terra, a letra e a esperança.

Tenho certeza de que corrupção e administração pública não são indissociáveis e que é possível confiar funções elevadas a homens de bem.

O Brasil é uma jovem nação de quinhentos anos e busca sua trilha de prosperidade, justiça social e igualdade.

Para ser justo, o Brasil precisa ser de todos.

É preciso inverter a pirâmide social e fazer com que a maioria tenha a maior parte da renda e vice-versa.

É preciso deixar de criar pseudo-heróis e pseudo-salvadores. A nossa elevação a um nível de desenvolvimento que garanta a felicidade dos homens é processo e conquista.

Processo, porque não vem pronta e acabada, é preciso construí-la dia após dia;

e conquista porque ninguém nos dará de graça, é preciso lutar por ela.

"O Brasil é o país do futuro". Só será de verdade, do futuro, quando o futuro não estiver mais morrendo nas favelas, nos trapiches, nas palafitas ou com um tiro exterminador.

Chegou a hora de se encher de novo de esperança, de somar braços e bater no peito com força, para dizer SOU BRASILEIRO, COM ORGULHO.

Para isso, é preciso contar com todo mundo que partilha destas preocupações e deste sonho de Brasil melhor e justiça maior.

Para isso é preciso somar braços com os corajosos, os firmes e bem-intencionados com os verdadeiros brasileiros.

Para isso é preciso solidarizar-se com o Indústria e Comércio que, em boa hora, lançou no Paraná a campanha pela nacionalidade brasileira.

Esta campanha merece o cumprimento sincero do Poder Legislativo e os artigos publicados pelo I & C merecem constar de nossos anais, de nossa história.

"Brava gente brasileira, longe vá temer servil ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil".

(Evaristo da Veiga - Hino à Independência).

Para isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que venho na tribuna neste momento para homenagear um importante veículo de comunicação social do Estado do Paraná, o Jornal Indústria e Comércio, que tem inserido nas suas edições diárias uma página inteira proclamando o povo ao patriotismo, à solidariedade, e a ter esperança de que teremos um Brasil melhor para todos nós, porque acreditamos no Brasil, o Brasil que o Brasil esqueceu, brasileiro com orgulho e tantos artigos importantes que tem feito veicular o Jornal Indústria e Comércio.

Nós todos precisamos desta injeção, desta injeção de patriotismo, desta injeção de civismo e acima de tudo de uma injeção de esperança, de amor e fraternidade, caso contrário nós parlamentares que somos evidentemente representantes do povo não podemos deixar cada vez mais desesperançada essa população, por isso, é que neste momento, em nome desta Assembléia, venho aqui trazer a minha solidariedade ao Jornal Indústria e Comércio como já o fizeram outros Parlamentares desta Casa, porque é importante reconhecer quando um veículo de informação, quando um veículo de comunicação social destina espaço do seu jornal diário para que faça transmitir a todos nós brasileiros uma mensagem de fé, de esperança e otimismo.

Parabéns ao jornal "Indústria e Comércio".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Honorário das Lideranças.

Pr com a palavra.

Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Atendendo ao apelo que nos foi feito na sessão de ontem especialmente pelos Deputados Carlos Simões e Alborghetti, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores com apoio de outros parlamentares procuramos dar a nossa humilde contribuição do projeto de lei que cria a central de atendimento de emergência através de ambulâncias na região metropolitana de Curitiba.

As nossas críticas ontem ao projeto diziam respeito principalmente ao fato de que o mesmo era um projeto inócuo até porque previa qual o órgão gestor desse sistema.

Não previa a integração dessa central na política do SUS, e fundamentalmente não trazia no seu projeto a fonte de recursos que pudesse significar a efetiva implantação do mesmo.

Portanto, como nós concordamos no mérito com o projeto, mas reconhecemos que na forma este projeto é inócuo, até porque um mero projeto autorizatório e não um projeto impositivo. Nesse sentido nós hoje, através da bancada do partido dos trabalhadores, com a nossa humilde contribuição entendemos que nós, com a nossa emenda substitutiva geral, estaremos criando as condições concretas e de fato para que essa central seja exequível.

E vejam os Senhores Deputados, a primeira questão fundamental que nós procuramos já fixar no nosso substitutivo é que essa central fica criada no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde e ela terá a sede no município de Curitiba, atendendo aos municípios da região metropolitana; também estabelecendo fundamentalmente que o conselho Estadual de Saúde é que estabelecerá as diretrizes de ação e gerenciamento da central de que trata esta lei. Portanto, já dirimimos qualquer dúvida que pudesse levar em conta a questão do órgão competente e aquele órgão que fosse fixar as diretrizes para o efetivo funcionamento dessa central.

Agora, o mais importante, Senhores Deputados, que eu tenho certeza que merecerá o apoio unânime desta Casa e em especial o apoio firme e corajoso, eloquente do ilustre autor do projeto e do seu ilustre defensor, é o fato de que já prevemos de onde virão os equipamentos para fazer o funcionamento dessa central. Vejam os Senhores que nós teremos condições de implantar rapidamente essa central, até porque pelo artigo 4º, Senhor Presidente, do nosso

projeto a Assembleia Legislativa do Paraná doará o seu acervo de ambulâncias à central de atendimentos de emergências. Nós temos dezenas de ambulâncias aqui na Assembleia Legislativa do Paraná; teremos a manutenção de uma ambulância para o atendimento de emergência dos Senhores Deputados e dos servidores desta Casa e as demais ambulâncias serão cedidas a essa central e às regionais de saúde espalhadas pelo interior do Estado do Paraná. E mais do que isso, é importante nós frisarmos aqui, é que a doação dessas ambulâncias, por parte do Poder Legislativo do Paraná, corrigirá um grave desvio de função desse poder porque não cabe ao Poder Legislativo ficar prestando serviços de saúde. A prestação de serviços de saúde cabe ao Poder Executivo através da sua secretaria e através do seu órgão gestor, que é o Conselho Estadual de Saúde. Então, ao tirarmos este patrimônio inconstitucional, essa prestação de serviço inconstitucional da Assembleia Legislativa do Paraná e, transferindo esse acervo à central de atendimento de emergência, nós estaremos fazendo um duplo benefício ao Estado do Paraná, até porque essas ambulâncias, daqui para frente, não ficarão mais submetidas em sua utilização a vontade pessoal dos Senhores Deputados. Ela será gerida por um sistema de central eficiente, por rádio e etc. vamos maximizar a utilização desses equipamentos. Todos nós aqui somos testemunhas do tempo em que permanecem paradas as ambulâncias da Assembleia Legislativa do Paraná. Essas ambulâncias, sendo entregues à central de atendimento de emergência, terão uma utilização maximizada, muito mais racional do que temos hoje. Isso que é fundamental.

Agora, nos permita, Senhor Presidente, além de tirar esse ônus, esse encargo das costas dos Senhores Deputados, até um encargo inconstitucional, indevido, nós entendemos ainda que tivemos uma proposta tão bem criativa no nosso entendimento com relação à fonte dos recursos necessários para a implantação desse sistema de central de emergência: os recursos, Senhores Deputados, virão da transferência da verba de assistência social dos Senhores Parlamentares do Estado do Paraná para a Central de Atendimento de Emergência. Mais um encargo que vamos tirar das costas dos Senhores Deputados, encargo este inconstitucional.

Daqui para a frente, os Senhores Deputados poderão dizer a seus eleitores, às pessoas que procuram os gabinetes, que aqueles recursos que eles tinham para o atendimento de situações de assistência social, foram agora destinados à criação e a constituição de uma Central de Emergência.



Vejam, Senhores Deputados, quantas vidas iremos salvar com a destinação desses recursos. Então, no momento em que nós vamos cancelar a rubrica da verba de assistência pessoal, assistência social pessoal dos Senhores Deputados e criar no âmbito da Secretaria da Saúde, nós vamos assegurar que de imediato, no prazo máximo de 90 dias da aprovação e publicação desta lei que nós teremos um pleno funcionamento desse maravilhoso sistema das centrais de emergência.

Quero dizer, então, concluindo, que aquela idéia, Deputado Alborghetti, que era apenas uma boa idéia, agora, com a nossa emenda, com a nossa humilde emenda, a nossa humilde participação, entendemos que essa idéia boa se tornará realidade. Dependerá apenas da nossa vontade.

Concedo aparte a Vossa Excelência, Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não, já terminou o horário. Eu vou falar no horário do meu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estive ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Ernani Pudell, que pretende, com seu substitutivo geral, tirar a dotação. Vejam bem, Senhores Deputados - a maioria, acredito que não estava na sessão de ontem - debatíamos nesta Casa o Projeto de Lei n. 163 - chamo a atenção da Bancada do PMDB, que alguns dos Senhores Deputados, talvez com afazeres, não tiveram condições de estar nesta Casa ontem - e conseguimos aprová-lo em 1.ª discussão.

Hoje eu já sabia que o Deputado Ernani Pudell entraria com um substitutivo geral que pretende que a Central de atendimento de emergência, proposto pelo Deputado Carlos Simões seja privilegiado com as verbas de assistência social desta Casa.

Debatíamos ontem, eu e o Deputado Ernani Pudell - não concordo com o Deputado Ernani Pudell - porque nós iríamos tirar do Governo do Estado do Paraná aquilo que lhe é de direito. Quem tem que dar assistência médica à família brasileira do Estado do Paraná, no meu entender, Deputado Ernani Pudell, é o Governador do Estado do Paraná. Quem tem que fazer este projeto vingar é o Governador do Estado do

Paraná.

Por exemplo, Londrina, minha cidade. O Prefeito Antônio Belinati fez uma central de atendimento dentro da Prefeitura, para atender, para não depender dos hospitais, para não depender de pronto socorro. Então, a Prefeitura faz um atendimento - e tenho aqui o testemunho da Deputada Emília Belinati, que isto aí é um pedido nosso, meu e de outros Vereadores, na época em que tive a minha primeira legislatura como Vereador na cidade de Londrina. São sonhos.

Agora, eu não posso admitir que Vossa Excelência queira tirar dinheiro do Deputado Estadual, sendo que isto é obrigação, Deputado Ernani Pudell, do Governo do Estado do Paraná. Isto é obrigação do Senhor Governador Roberto Requião. Ele é que tem que enfiar a mão no bolso e comprar as ambulâncias e fazer uma central de abastecimento na Capital do Estado. Não só em Curitiba, fazer em Cascavel, terra em que Vossa Excelência será prefeito, fazer em outros municípios do Estado do Paraná. Agora, com 500 mil cruzeiros de cada Deputado Estadual, nós não vamos fazer uma Central de abastecimento, com as mínimas condições de comprar. Com 500 mil cruzeiros nós não vamos conseguir comprar nem duas ambulâncias, montadas como elas devem ser. Se comprar apenas o carro normal, tudo bem. Agora, se for para comprar uma ambulância com atendimento necessário que ela realmente precisa para socorrer uma pessoa que sofreu um infarto na rua, com 500 mil cruzeiros de cada Deputado nós não vamos fazer uma ambulância.

Eu fiz um pedido, se Vossa Excelência me permite, ao Deputado Antonio Ueno. Mande toda a documentação para a Embaixada do Japão, porque a Embaixada do Japão tem subsídios. Ela atende, ela conversa com a gente, troco muita correspondência com essa Embaixada. Pedi que nos enviassem para Londrina uma ambulância nos moldes como eles têm no Japão, com todos os requisitos necessários. Estou brigando até hoje, com a ajuda do Deputado Antônio Ueno, para ver se consigo levar essa ambulância para entregar a Prefeitura Municipal de Londrina. Agora, veja bem: custa dinheiro e eu acho que os Deputados aqui - e eu não estou dizendo que a sua idéia seja ruim. A idéia é boa, mas eu acho que nós estamos tirando o encargo, a responsabilidade do Governador do Estado do Paraná.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Eu acho que nós estamos tirando um encargo da Assembléia Legislativa. Veja que a experiência tem demonstrado que a população, não encontrando atendimento dos órgãos que deveriam prestar, acaba se socor-



rendo do coração mole, digamos, dos Deputados Estaduais. Até essa prática acabou, criando a necessidade da criação da verba de assistência social e que veja bem Deputado Alborghetti, realmente a função de prestar assistência médica e assistência social é do Poder Executivo. O Poder Legislativo tem feito uma parte desse trabalho e que, inclusive, é desvio de função, é inconstitucional nós do Poder Legislativo, prestarmos um serviço que compete ao Executivo.

Estamos procurando corrigir essa falha. Em que sentido? Aquelas ambulâncias que estão na Casa, subutilizadas ou pouco utilizadas ou utilizadas apenas eventualmente, estarão sendo utilizadas na Central, de forma máxima, com utilização máxima prevista, colocadas uma em cada região, da Região Metropolitana de Curitiba, ligadas a um sistema de atendimento de rádio, que dará condições de atendimento a pessoas acidentadas, no prazo mais rápido possível, o que é fundamental.

Veja bem: a questão do porquê transferir as verbas da rubrica "assistência social" dos Deputados à Secretaria da Saúde? Por que o orçamento que nós vamos votar nesta Casa, cujo prazo de emendas já se esgotou para o ano que vem, para 1.992, não prevê a criação dessa Central. Então nós teríamos no máximo, com a boa idéia do Deputado Carlos Simões, a possibilidade de implantar esse esquema em 1.993. No entanto, ao nós estabelecemos que essa lei não é autorizatória, mas é imperativa, quer dizer, ela cria a central esse ano, e cancela as rubricas da Assembléia e transfere as rubricas para o âmbito da Secretaria da Saúde, nós estamos dando condições de viabilizar o mais rápido possível esse esquema. E o que é fundamental, Deputado, tanto as verbas de assistência geridas pelos Deputados ou então geridas - que seriam mais de cento e dois milhões de cruzeiros mensais, essas verbas são verbas públicas e elas estarão atendendo a sua finalidade quanto numa forma como na outra forma. Eu acho até mais importante que nós tenhamos a central de atendimento de emergência, que esta sim, sendo rápida e eficiente, salvará milhares de vidas pelo Paraná, pois teremos condições de chegar aos locais onde se necessita de um transporte rápido para os hospitais, teremos condições de fazer isso com muito mais eficiência, enquanto que o nosso serviço social, embora muito importante, tem servido para dar cadeira de rodas - ajuda as pessoas - mas não salvam vidas, às vezes servem para passagens e nós vamos usar os escassos recursos que existem, num atendimento para salvar vidas. Nesse sentido eu acho que a nossa proposta é sábia, Senhor Deputado.

Eu respeito mas não concordo. Não con-

cordo, por exemplo, a Deputada Emília Belinati pega a sua verba de assistência social - porque eu sei - e repassa para uma série de entidades na cidade de Londrina. E eu pego a minha verba de assistência social e tenho que pagar pensionatos, são vinte leitos, tenho que pagar a farmácia aqui da frente da Assembléia e uma série de outras coisas que faço com a referida verba.

Mas respeito a emenda dos ilustres Deputados do PT.

Mas ainda fico com aquela certeza de que este projeto do Deputado Carlos Simões tem que ser aprovado e quem tem que se responsabilizar por ambulância, por atendimento à saúde, uma saúde falida como os Senhores já sabem, não só no Paraná como no Brasil todo, é de responsabilidade do Governador Roberto Requião.

(O Senhor Presidente faz soar os tambores).

Esta é a minha maneira de pensar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Pela Ordem) - Eu queria fazer um requerimento à Mesa em função do debate agora na questão de saúde, veio-me à memória a questão do Conselho Estadual de Saúde criado por decreto. Quero requerer à Mesa somente um esclarecimento, pois a Mesa tinha ficado de elaborar um parecer dizendo que ele é inconstitucional e que ele encontraria em tramitação nesta Casa. Solicito uma informação se foi já concluído ou se já está tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu responderei daqui a alguns instantes a Vossa Excelência.

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

Partido Independente.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 062/91, veto aposto ao Projeto de Lei n° 187/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que cria o MEMORIAL MARCOS AUGUSTO ENRIETTI,

conforme específica. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. (Publ. no D.A. n° 54, de 16.05.91.)

OF/DTL/SAT N° 273/91

Curitiba, 1° de outubro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 184/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 187/91, por julgá-lo, pela forma como está posto, inoportuno e inexecutável, contrário, portanto, aos interesses públicos, tendo em vista que as atuais instalações do TECPAR, estão sendo paulatinamente transferidas para sua sede na Cidade Industrial, situação esta que não oferece as necessárias condições para implantação do pretendido memorial.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO

Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### VETO AO PROJETO DE LEI N° 187/91

P A R E C E R:

Na qualidade de Relator do Veto aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Projeto de Lei 187/91, apresentado pelo nobre Deputado Neivo Beraldin, com a finalidade de prestar homenagem ao professor Marcos Augusto Enrietti, verifica-se que o mesmo está em condições de ser apreciado por esta Assembléia Legislativa, vez que está de acordo com os preceitos constitucionais que regem a matéria no que concerne à competência e prazo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões, da Proposição n° 62/91.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão e votação por 10 (dez) sessões, da Proposição n° 62/91.

O SR. JOSE TAVARES - Por gentileza, Senhor Presidente, sobre que item? De autoria de quem?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o veto. De autoria do próprio autor do Projeto, Deputado.  
Por 10 sessões.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 77/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e OUTROS, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no Art. 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDAS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO, com PARECERES FAVORÁVEIS AS DE N° 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 e CONTRÁRIO as EMENDAS N° 05 e 07, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado neste turno o Projeto de Lei e por apreciar as emendas das Comissões e de Plenário.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 77/91.

Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Para encaminhar o Requerimento) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me que o prazo de 10 sessões - adiando a votação do Projeto de Lei Complementar do Deputado Caíto Quintana e de outros Deputados, que cria a comissão responsável sobre a aplicação dos recursos estabelecidos no Art. 142 da Constituição Estadual, e define a sua locação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - posterga a possibilidade de desenvolvimento do Paraná e de injeção de recursos nos Municípios aos quais são devidos os "royalties" pela inundação de terras férteis ou mais ainda, aos quais são devidos os "royalties" por uma ou outra ingerência de serviço público ou bem comum feita pelos Municípios nos termos da Constituição Estadual.

Julgo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o prazo de 10 sessões é por demasiado longo. Esta Lei Complementar está mofando nas gavetas da nossa Assembléia.

Tenho em mãos, uma Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Deputado Neivo Beraldin que, a primeira vista - vôo de pássaro - parece efetivamente agilizar a distribuição destes recursos do Fundo de Desen-

volvimento Econômico.

Tenho também em discussão duas emendas de minha autoria, uma que eu acho que a Bancada do Governo vai acolher, que diz que não se pode indicar comissão paritária, pessoas indicadas pela prática de fatos delituosos, definidos ou tipificados no Código Penal Brasileiro, ou por Lei Especial. Uma outra que quer criar uma espécie de escritório, uma espécie de "mini BADEP" no sentido de ter que com 3% dos recursos do FDE, esse mini escritório junto ao BANESEADO, ofereça aos pequenos municípios as condições de elaboração de Projetos para gestão desses recursos que vão ser vultosos, e vão precisar de assessoria técnica para correta alocação.

Eu não sei porque 10 Sessões. 10 Sessões vão jogar esse debate para o mês de dezembro, para já às vésperas do recesso Parlamentar, com grave risco de que se passe mais um ano sem que ninguém veja onde foram parar os recursos do FDE.

Na verdade Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito importante que tanto o Deputado Neivo Beraldin, como o Deputado Caíto Quintana, como todos e cada um de nós, ajamos neste caso como se fossemos todos integrantes de uma Bancada Nordeste, no Congresso Federal. Devemos zelar primeiro pelo interesse do Paraná, cancelando todas as ambições, todas as disputas, porque na verdade, quanto mais recursos captarmos para o Estado e quanto mais depressa descentralizarmos estes recursos, menor será o problema da gerência da coisa pública neste Estado.

Não tem nenhum sentido entrarmos numa disputa de paternidade da Lei dos Royalties, precisamos isto sim, é definir o que é essencial e eu proponho até uma reunião de todas as Lideranças da Assembleia no Palácio do Governo com a presença do Senhor Governador, para que se defina um substitutivo geral definitivo para essa Lei dos recursos do FDE.

Juramos defender o Paraná, o interesse elevado do Paraná, pede que não exista disputa em cima daquilo que é tácito, que é exatamente o bem comum.

De maneira que quando eu proponho ao (vozes paralelas) parecer do Deputado Manfrinato, de adiamento por 10 Sessões, ou de 5 Sessões. O Estado tem urgência de soluções, o Estado tem urgência de recursos, o Estado tem urgência de consenso, esse Governo até hoje não mostrou a que veio, esse Governo até hoje tem agido numa espécie de Governo da micagem, um dia um anúncio no jornal, outro dia um anúncio na televisão, outro terceiro dia uma instalação no interior. Mas falta a esse Governo uma ação concreta em função do bem comum.

É dever da Assembleia não adiar essa discussão, é dever da Assembleia promover

e incentivar o desenvolvimento do Estado, é dever da Assembleia não adiar essa discussão nem mais um minuto sob pena de cairmos na pasmaceira, na burrice, que por tantos Governos criou por exemplo, o caso entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, na tal famosa dívida que não existe, da Cidade Industrial de Curitiba, que amanhã parece-me que em Palácio vai se resolver.

Não tem cabimento Senhor Presidente, um adiamento...

O Sr. Neivo Beraldin (Aparte) - Deputado Rafael Greca, por mais estranho que possa parecer, o Paraná é credor de milhões de cruzeiros dos "Royalties" devidos pelo Governo Federal, através de uma Lei assinada pelo próprio Presidente da República, em 11/01/91.

E agora o Governo Federal através de sua estrutura, enrolou esse ano inteiro e mandou agora recentemente uma lei ao Congresso Nacional, criando uma rubrica orçamentária para passar estes milhões de dólares ao Paraná, no ano que vem.

O que é mais estranho é que já tem em torno de um bilhão de cruzeiros da compensação financeira, aqui no Banco do Brasil, conta U 9, ou já na Secretaria de Estado da Fazenda e o Paraná, o que é mais estranho, Rafael, é que não "briga" para receber os "royalties" através de seus Senadores, dos seus Deputados. E o que é mais estranho: se tivéssemos o repasse do Governo Federal do dinheiro dos "royalties", o dinheiro ficaria parado, porque não temos uma lei determinando para onde deveria ir este dinheiro dos "royalties". E este projeto do Deputado Caíto Quintana já foi retirado do Plenário inúmeras vezes, eu perdi as contas.

Inúmeras vezes chega ao Plenário e os Deputados entram com requerimento para adiar a discussão.

Não adianta adiar porque não querem estudar este projeto. Não adianta adiar porque não querem aprofundar-se no projeto. E a nossa Emenda, simplesmente simplifica o processo. Ela repassa o dinheiro da compensação financeira dos "royalties" para uma conta específica no BANESEADO para que ela seja repassada, a parte devida aos municípios. Enfim, colocar em prática um dinheiro que está parado, que poderia servir à população do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Só respondendo o aparte, eu acho de uma burrice contumaz o Paraná permanecer sentado em cima de um bilhão de cruzeiros e mais ainda, não ter um instrumento ágil, rápido, para capturar este dinheiro do Governo Federal. É o interesse público que está em jogo.

Eu propus ao Líder do Governo e eu gostaria de ouvir a sua manifestação, uma reunião de todos os Líderes de Bancada no Palácio, para discussão de um Substitutivo Geral, ou até a vinda do Senhor Governador à Assembleia para uma discussão conjunta com todas as Lideranças partidárias.

É o interesse do Paraná que está em jogo e não tem sentido entrarmos numa briga de fariseus quando está em jogo a própria manutenção do templo, a própria manutenção da nossa Casa, da nossa terra, que é sagrada e por isso precisa ser defendida.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a razão da nossa solicitação de retirada do Projeto, demonstra claramente pelo Deputado Neivo Beraldin e o Deputado Rafael Greca, que é realmente um projeto polêmico, que ainda acho que tem que ser discutido amplamente. E por isso, solicito a Vossa Excelência a votação do meu Requerimento, mas atendendo o apelo do Deputado Rafael Greca, gostaríamos de ao invés de retirar por dez Sessões, retirarmos por cinco Sessões, para discutirmos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de uma informação da Mesa: este Projeto já foi retirado em alguma ocasião?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado da Ordem do Dia porque a maioria dos Senhores Deputados apresentaram emendas. Aí voltou à Comissão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, então parece-me que ele não pode mais ser retirado. Pelo menos a Mesa tem agido desta maneira com projetos que já saíram de discussão em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, a Mesa decidiu "ex-officio".

Não foi a Requerimento de nenhum Deputado. A apresentação de Emendas significa que o projeto deve retornar à Comissão. Agora, após esta votação, após esta retirada, não será mais permitido.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Parece-me que o entendimento do Deputado Dirceu Manfrinato em retirar por cinco sessões, por aí as Oposições entendem que pode haver esta retirada, desde que a Liderança do Partido concorde desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento de retirada por cinco sessões.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, antes uma questão que precede, por favor. Se há possibilidade, porque parece-nos que a grande preocupação em votar, quer dizer, todos têm interesse na votação imediata deste projeto, o quanto antes. Eu acho que isto é consenso da Casa. O que há são algumas divergências, pois há algumas coisas boas e interessantes no projeto original. Temos algumas coisas boas no Substitutivo. Temos emendas válidas.

Queríamos saber se é possível, ainda, regimentalmente, a partir desta retirada por cinco sessões, chegarmos a um consenso entre as Lideranças e apresentarmos uma outra Emenda, um outro Substitutivo e aí votarmos imediatamente este projeto. Gostaria de ter esta informação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Emendas não poderão mais ser apresentadas. O projeto já foi votado em 2.<sup>a</sup> discussão e só poderão ser apreciadas as Emendas constantes do processo. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. APROVADO.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, concede reajuste de 158% ao Pessoal das Fundações Estaduais de Ensino Superior do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Projeto em questão de autoria do Deputado João Iensen, fere, flagrantemente, um princípio constitucional da competência privativa para iniciativa de matérias dessa natureza.

A Comissão de Constituição e Justiça, sabiamente já se expressou a respeito do assunto, inquinando-o de inconstitucional.

Por esta razão, nós, da liderança do Governo, entendemos que esta Casa não pode aprovar uma matéria que fere a Constituição do nosso Estado. Assim sendo, eu recomendo à Casa, muito especialmente aos Deputados do bloco que nesse momento estamos liderando o voto contrário. Por duas razões, a primeira é porque o órgão técnico, que é a C.C.J., já disse que o Projeto é flagrantemente inconstitucional; e a segunda razão é que, recentemente esta Casa votou uma Mensagem do Executivo concedendo aumento às Fundações, hoje autarquias, que inclusive nas suas variáveis atinjam percentuais superiores a este preconizado pelo nobre Deputado João Iensen.

Por esta razão eu reitero o meu apelo no sentido de que nós rejeitemos este Pro-

jeto, para que com isso possamos estar de acordo com a orientação técnica da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)

Eu queria fazer uma observação a respeito da Ordem do Dia do Projeto 159/91, porque consta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quando na verdade o parecer do Senhor Deputado Rafael Greca é pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei do Senhor Deputado João Iensen. E apenas ele opina no seu Parecer de que esta matéria poderia dar sequência, mas com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Dai a razão porque solicito a Vossa Excelência que coloque em votação o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 43 do Regimento Interno:

"Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos sobre a conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas".

O parecer do nobre Deputado Rafael Greca, em que pese a cultura e o respeito que temos por ele, endossados pela Comissão de Justiça, não é conclusivo, pelo contrário é ambíguo.

A Mesa não tem responsabilidade sobre a Ordem do Dia, mas endossa a Ordem do Dia porque na dúvida, pró-rêu.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. REJEITADO.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.S.P. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado CARLOS SIMÕES, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 163/91.- Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 163/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 311/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho a área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Questão de ordem levantada pelo Dr. Rosinha, sobre o decreto do Conselho Estadual de Saúde. Com relação ao decreto do Governador, a Mesa está mantendo entendimentos. E, segundo informações da Casa Civil, o Governador encaminhará mensagem à esta Casa no sentido daquele decreto que ele baixou.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, apenas para esclarecimentos sobre o destino do Projeto de Lei 163/91. Retornou à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado por dez sessões e volta à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERNANI PUDELL - Foram aceitas as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As emendas serão apreciadas concomitantemente pelas comissões respectivas durante este tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2867, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2865, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2864, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2862, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2863, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2866, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2870, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2865-A, de autoria

do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2869, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2872, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2868, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Ovídio Constantino, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2873, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 2874, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2876, 2877, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ouçam a Senhora Edite Pizzatto, uma das paladinas da Assistência Social no Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 420/91, 430/91, 464/91, 466/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1991.

"O Brasil que o Brasil esqueceu", "Porque

acreditamos no Brasil" e "Brasileiro com orgulho".

#### Porque acreditamos no Brasil

Crença é algo inerente às pessoas nos bons e nos maus momentos da vida. Sem ela, não há esperança para ninguém. Por isso é importante continuar acreditando que existe um futuro melhor para o Brasil, a despeito das adversidades no percurso que atualmente trilhamos para construir a nação do porvir, para nossos filhos, os brasileiros do amanhã. Nunca é demais recordar o que somos, o que possuímos e o que podemos fazer. Uma injeção de ânimo é necessário para fazer fluir nas veias de nossa cidadania o desejo e a certeza de que o Brasil tem remédio.

É justamente nos piores momentos da história mundial que surgiram as condições psicossociais para o enfrentamento da crise. Exemplos? Muitos. Alguns recentes: a Alemanha do pós-guerra reergueu-se. Destruída, economia profundamente abalada, condições sociais no estágio da miserabilidade e da fome, passou para a posição de uma das nações mais ricas do planeta, com uma economia estabilizada, sem inflação, em que ao cidadão nada falta e o Estado a tudo provê.

No Japão, que saiu do estado semifeudal, também profundamente abalado pela Segunda Guerra Mundial, construiu-se um novo império que domina tecnologia, a construção pesada, a siderurgia, a eletroeletrônica e muitos outros campos da produção, o que lhe garante liderança em termos de quantidade e qualidade industrial. O exemplo dos chamados "Tigres Asiáticos", também merece ser visto como espelho para os brasileiros.

Na Coreia do Sul, em Hong Kong, em Taiwan e em Cingapura, se desconhece o significado da palavra crise. Ali, o que vigora como palavra de ordem é trabalho.

Outro exemplo é Israel. Jovem nação, construída em terreno árido, sem recursos naturais sem água para mover turbinas de energia ou mesmo para o simples asseio doméstico, tornou-se em poucos anos industrializado e planta laranjas e muitos outros produtos agrícolas nas areias do deserto, dominando os processos de irrigação. Israel, Japão, os "Tigres" e até a Alemanha, têm cidadãos que acreditam e continuam acreditando em suas nações.

O que esses países não têm, são justamente as dívidas que o Brasil recebeu. É o quarto maior país do mundo em extensão contínua. Dispõe de 160 milhões de habitantes, grande parte jovem, possui energia potencial hidráulica em abundância, imensas áreas agricultáveis, recursos minerais



incalculáveis e assim por diante. Estamos atravessando dias de dificuldades, tivemos que adotar planos econômicos para arrumar a casa, sem, contudo, conseguir debelar a corrosão inflacionária. São óbices que enfrentamos com tenacidade, coragem e até sacrifício. O fracasso de um plano econômico não significa exatamente o fracasso da nação.

Ao contrário, não podemos e não devemos esmorecer. O Brasil está aí, com muito ainda por fazer. E isso depende exclusivamente de nós.

Temos que acreditar nele, por que é o Brasil que vamos legar aos nossos filhos.

### O Brasil que o Brasil esqueceu

Um dos mais emblemáticos fenômenos destes tempos de crise são os exercícios de autocomiseração e de descrença a que se entregam parcelas ponderáveis de uma sociedade ferida de desesperança. O pessimismo e o negativismo são as moedas de mais livre curso no Brasil de hoje, em que a estagnação econômica e o agravamento das desigualdades sociais levam vastos segmentos da coletividade até mesmo a negar as imensas potencialidades deste País.

Dados confiáveis, extraídos de relatórios de entidades internacionais respeitáveis, desenham, no entanto, um quadro da situação nacional no concerto mundial que está longe de autorizar desânimo ou desalento. Não é impossível que alguns desses números hajam sofrido variações desde que o Governo elegeu a recessão como programa, mas certamente tais alterações não serão dramáticas a ponto de modificar na substância um cenário que nos coloca, entre as nações em desenvolvimento, como uma daquelas que melhores requisitos reúnem para avançar gradualmente rumo aos estágios de prosperidade e de bem-estar que caracterizam o Primeiro Mundo.

As últimas informações disponíveis indicam que continuamos a nos situar como os detentores da décima maior taxa do PNB do planeta, suplantados apenas pelos Estados Unidos, o Japão, a União Soviética, a Alemanha, a França, a Itália, a Grã-Bretanha, o Canadá e a China, e até à frente de países como a Suíça, a Bélgica, a Espanha, a Suécia e a Holanda. Em termos de agricultura somos o primeiro produtor de café, de cana-de-açúcar e de laranja; o segundo de soja e cacau; o terceiro de milho; o sétimo de algodão e o décimo de arroz. Temos o segundo maior rebanho bovino, o quarto de suínos, somos o quarto produtor de aves. Somos o segundo produtor de ferro e de manganês, o terceiro de bauxita e de estanho, sétimo de ouro.

Nosso volume de geração de energia elétrica é o sétimo do mundo. Somos o sé-

timo fabricante de aço, o sexto de alumínio. O oitavo de cimento. Ocupamos a 11.ª colocação na fabricação de automóveis e a quinta na de veículos comerciais, detemos a nona maior frota motorizada, a segunda malha rodoviária, a oitava malha ferroviária, o décimo maior tráfego marítimo e o décimo maior tráfego aéreo; somos o sexto País em número de estudantes, o sexto em tiragens de livros e o décimo em linhas telefônicas. A produção de petróleo, de 700 mil barris diários, é superior à de muitos países autosuficientes e até exportadores. E localiza-se aqui o sétimo parque industrial do globo.

Nenhuma nação com tal potencial de desenvolvimento pode estar condenada à acomodação terceiro-mundista ou descrever de seu futuro.

Nenhuma nação com tamanho desempenho produtivo pode voltar as costas ao crescimento econômico.

O que nos falta, em verdade, é um grande projeto nacional, que nos libere da vida do retrocesso e nos desimpece os caminhos rumo à retomada do desenvolvimento.

Para tanto é preciso vontade política. É essencialmente que o Brasil não esqueça do que já conquistou, nem se demita de sua vocação à grandeza.

(Transcrito do ZERO HORA de 06/10/91)

### Brasileiro, com orgulho

Sou um cidadão brasileiro, com muito orgulho. Meus ancestrais vieram de diversas partes do mundo Europa, África, Ásia e da própria América Latina. Tenho, pois, minha história milenar ligada a gentes de muitas falas, cores, costumes, tradições culturais.

Sou cidadão brasileiro que, às vezes, deixo trair o sangue eslavo, no espírito de justiça que regou o projeto de vida de meus ancestrais que para cá vieram no século passado, em busca da Canaã representada pelas terras férteis do Sul;

Na cordialidade, na veia mística, na capacidade de doação e aceitação do inevitável, sou um pedaço africano, confundo-me com os meus antepassados que tão docilmente ajudaram, com seu sangue e com suas vidas, no trabalho lamentavelmente escravo, construir as raízes da nacionalidade;

Sou cidadão brasileiro que paciente-mente semeia a dúvida metódica, e com sabedoria avalia cada passo a ser dado no dia-a-dia. Nisto, lembro meus irmãos orientais, uns de origens bíblicas, outros, com feições de samurais a colher café no vermelhão do Norte do Paraná e nas amplas fazendas paulistas;

Sou o cidadão brasileiro, ameríndio, uma amostra desta imensidão latino-americana, com face, gostos, costumes que me



definem como um ser particularmente privilegiado. Sou o caboclo que sabe correr em suas veias raízes lusas, negras, espanholas, índias, mostuário - por que não dizê-lo - desse continente de Jorge Amado e Gabriel Garcia Marques;

Sou cidadão brasileiro que continua a alargar os caminhos do Sul, tal como fizeram meus antepassados, assustados, apavorados diante do mato imenso, balbuciando palavras que arremedavam o português mas se extasiavam, sempre, no disciplinado espírito germânico, e na ousadia dos italianos;

Sim, tenho orgulho de minhas raízes. Sou esta síntese sem cor definida, com linguajares múltiplos, sotaques diversos, ambições e projetos do tamanho deste País que meus ancestrais ousaram definir como seu;

Tenho orgulho de ser cidadão brasileiro. Conquistei esta terra, cada centímetro deste chão identifica rastros de minhas muitas famílias - das primeiras chegadas com Cabral àquelas que continuam aqui aportando.

Não sou ufanista. Conheço os limites de minhas possibilidades, os limites que outros nos impõem. Mas sei que o Brasil é maior do que as tempestades e que os ritos de passagem para o pleno desenvolvimento fatalmente acabarão por nos beneficiar. Pois, sendo um amálgama de tantos povos, eu e mais 150 milhões de brasileiros continuamos a construir esta 8.ª economia do mundo. Não fugimos da luta, somos capazes de erguer fantásticos exemplares de modernidade - como São Paulo e seu parque industrial de Primeiro Mundo -, ao mesmo tempo que encaramos nossas deficiências como o dragão da maldade a ser combatido;

Brasileiro, com muito orgulho, levanto-me cedo, encho diuturnamente os sistemas de transporte de massa das grandes cidades, no ganha pão cansativo. Mas é preciso ganhá-lo. Corro contra o relógio, equilibrando orçamentos domésticos e empresariais porque há muitas bocas a sustentar e uma Nação a consolidar. Caminho célere em direção à escola, abro as estantes das bibliotecas em busca do saber que me libertará definitivamente, assim como faço das universidades uma porta de entrada para o futuro;

Sim brasileiro, com muito orgulho. Sem medo e sem vergonha de ter aqui nascido. Afinal, esta terra tão cobiçada é minha, nós todos a conquistamos. E não serão momentos de desencontros num quadro de recessão mundial, que me farão esquecer que este é o meu lugar. E que vou legá-lo, bem melhor, aos meus filhos e netos e aos netos dos meus netos...

Vivo de certezas, neste País-Continente. E por nada neste mundo me desfaria da

possibilidade de ajudá-lo a viver a plenitude do Progresso e da Paz.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILTON BARBOSA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 1991.

### O Manifesto à População do Ex-Governador Álvaro Dias

"Afasto-me hoje do PMDB, único partido em que militei. Afasto-me, porque o comando nacional do PMDB decidiu enterrar, junto com a decência, todas as bandeiras, todo o acervo de luta e a história do Partido.

Deixo um Partido perdido no jogo miúdo das acomodações e das espertezas políticas de alguns de seus dirigentes.

Deixo um Partido que distanciou milhas da realidade do País, da dura, sofrida e insuportável realidade do dia-a-dia do povo brasileiro.

Deixo a sigla, mas não deixo - ao contrário - de empenhar com todo vigor as suas bandeiras. Não me fugiu à memória e está gravada profundamente em meu coração e em minha alma toda trajetória que, junto com o Povo Brasileiro, percorremos nessas últimas três décadas.

As esperanças jamais negadas e em nenhum instante traída da Anista, das Diretas-Já, da Constituinte, da luta contra o arbítrio e, acima de tudo, dominadoramente, do empenho decidido em favor das melhores condições de vida do Povo.

Dessas bandeiras não me desfaço. Desse caminho não me afasto. Desses companheiros não me despeço. Dos que ficam porque ainda acreditam ser possível mudar o Partido não me distancio. O reencontro será inevitável. Deixo sim, definitivamente, os filhos da hipocrisia. Da covardia. Do arregio. Os que não denunciam para não ser denunciados. Os que não fiscalizam para não serem fiscalizados, suspeitos e envergonhados. Os que fazem opção pelo modelo de administração pública perdulário, cuja marca distintiva é o déficit público. Os que colecionam escândalos, enfiam a cabeça na areia mas deixam exposto o mais triste exemplo de malversação do dinheiro do Povo.

Para este a eficiência não conta. A moralização não importa. O que vale, acima de tudo, é a esperteza do malandro e seus ensinamentos pobres e podres.

Mudo de legenda. Mas não mudo de camisa, de alma e bandeiras. Vestem-me, defraudo e trago na alma a mesma fé, o mesmo caráter, a mesma força e o mesmo fogo das batalhas imemoriais.

Mudo de legenda para não me aprisionar ao conformismo que domina os gestos do co-

mando nacional do PMDB. Mudo de legenda para manter queimando febrilmente a chama da indignação, da revolta contra o estado de vida do Povo e do País. O fogo poderoso e generoso da esperança.

O Partido Social Trabalhista - PST - passa a ser, daqui para frente, a nossa trincheira. Minha e dos companheiros que já trouxeram suas armas para prosseguir na luta, e dos que logo em seguida virão. Uma trincheira que eu conheço e na qual me alistei desde os tempos do velho e aguerrido MDB. Para combater o bom combate, para terçar as armas da luta pela moralidade pública.

A luta pela modernidade. A luta pelo desenvolvimento. Para a construção de uma sociedade realmente justa, equilibrada, solidária acessível às grandes maiorias que hoje patinam à margem de tudo.

Para essa boa luta, não me apresento de mãos vazias. O que minha alma anseia, o que meu coração pulsa tem a credibilidade provada pelo desempenho no Governo do Paraná. Fiz um Governo radicalmente honrado! A moralidade no trato da coisa pública foi a nossa marca. Com ela ganhamos a sucessão.

Logo a invocação da moralidade que faço, brado em punho, não é o vazio apelo dos profetas de ocasião. É real, contabilizável. A modernidade de que falo não é estereotipada tão do agrado de nossa elite. Tão distante da realidade crua da vida dos brasileiros, na titânica, heróica luta diária pela manutenção do emprego, em defesa do salário e da segurança familiar.

Modernidade - e o Paraná é a minha prova irrefutável - é a gestão pública eficiente, cujo primeiro e irretocável compromisso é a promoção do bem comum.

Modernidade é o combate corajoso à miséria. É a reversão da política econômica recessiva. É atirar firme e sem medo nas estruturas e mecanismos odiosos que reproduzem em nosso País a mais criminosa, a mais escandalosa e abortiva distribuição de rendas. É atacar com todo vigor essa política que procura estabilizar a renda dos que já muito ricos à custa do salário, do sacrifício e da fome sem fim dos mais pobres.

Modernidade é retomar - com toda a urgência, com toda e pressa do tempo já perdido - o desenvolvimento econômico. É construir um Estado socialmente responsável e justo que possa fazer realidade os princípios sociais consagrados na Constituição. Um Estado capaz de ser instrumento de libertação do consumidor da impiedade das leis do mercado, onde, soberana e cruel, impera a lei do mais forte.

Modernidade é fazer crescer o mercado interno. E só haverá de crescer pela elevação dos salários. E esta elevação - sem

impacto inflacionário - depende de uma regulamentação das relações de trabalho, baseada sólida para uma política socialmente negociada e justa.

São algumas bandeiras que trago. É o catecismo em que aprendi a rezar. São as orações que se dizer, É a fé que me anima. É o caminho que percorri até hoje. É o caminho que vou continuar a andar.

Não um Partido de um homem só. Não um programa como o imposto pelo comando nacional do PMDB, que atirou ao lixo da história, suas bandeiras para hastear o estandarte negro das pretensões piratas e rapinosas de seu chefe.

São as bandeiras que trago. Nunca traídas, jamais vencidas. E nelas inscrevem-se o claro e radical repúdio à corrupção, que atola ainda mais o nosso País na miséria, ao populismo, apodrecido pela história, mas que a cada passo, a cada crise, pinta-se de novo, para esconder sua decomposição. Ao corporativismo e sua teimosa infantilidade que sempre idealiza o teto, sem pensar nas estacas.

É o programa que esboço. De eficiência e dignidade, capaz de reabilitar as esperanças sepultadas pela mediocridade política.

Aos que acreditam na possibilidade de decência na política o P.S.T. abre suas portas.

Sejam bem-vindos!"

#### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

#### ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro de hum mil, novecentos e noventa e um na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte sob a Presidência do Deputado Alceu Swarowski mais a presença dos seguintes Deputados: Basílio Zanusso, Mário Bezerra e Emília Belinati. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 372/91, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO; Protocolo n° 9103/91, de iniciativa do Deputado Paulo Maia. Relatora Deputada Emília Belinati que apresentou relatório acompanhado de farta documentação proveniente de contatos "in loco", com o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina e Diretores do Hospital Universitário daquela cidade, demonstrando desta maneira a situação em que se encontra, aquele Hospital. Parecer APROVADO. Na ocasião a Deputada Emília Belinati solicitou ao Presi-

dente, Deputado Alceu Swarowski, a constituição de uma comissão formada por membros desta, com a finalidade de solicitar audiência ao Governador do Estado para expor a situação daquele Hospital e as providências cabíveis; Projeto de Lei n° 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário e outros. Relator Deputado Renato Adur. Parecer no sentido de transformar o presente projeto em Diligência junto à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, a fim de que aquela Secretaria opine sobre a matéria. APROVA-

DO; Projeto de Lei n° 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia. APROVADO. Nada mais havendo a tratar foi declarada encerrada a reunião da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados presentes e por mim Alan Andrade, Secretário.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

Alan Marcos Andrade

Secretário